

PODER

Com pautas para aprovar, governo culpa Parlamento pela necessidade de um pacote de contenção de gastos. Haddad reclama de deputados e senadores terem avalizado Perse e desoneração da folha; Randolfe enfatiza que Planalto não aceitará desidratar medidas

Em semana decisiva, críticas ao Congresso

» ISRAEL MEDEIROS
» JÚLIA PORTELA

Na última semana de trabalhos deste ano no Legislativo e com diversas pautas importantes para aprovar, o governo Lula voltou a culpar o Congresso pela necessidade de avaliar um pacote de corte de gastos. Em dia repleto de reuniões no primeiro escalão do Executivo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), fizeram discursos ácidos quase idênticos, em um momento em que o Executivo corre contra o tempo para conseguir votos de parlamentares.

"Se não fosse o contratempo que tivemos com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a desoneração da folha, nós teríamos, neste primeiro ano de Orçamento do governo Lula, superavit primário. Nós só não temos o superavit primário este ano em função dos R\$ 45 bilhões de renúncia fiscal que contrariou o governo", afirmou Haddad, depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, para atualizá-lo sobre as tratativas com o Congresso.

Horas mais tarde, foi a vez de Randolfe. O senador disse que o assunto são águas passadas, mas, em tom severo, afirmou que, desta vez, o governo não aceitará discutir a desidratação das medidas no pacote de contenção de gastos. "Agora existe a necessidade de aprovarmos esse pacote de contenção de gastos para o Orçamento do ano que vem. Tudo é passível de discussão. Só não é passível de discussão a desidratação do que foi proposto", afirmou a jornalistas.

Para tentar "azeitar" a relação com o Congresso — que vai mal —, o Executivo se apressou para liberar as emendas parlamentares depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) desbloqueou os recursos. Pagou R\$ 7,8 bilhões na última semana. Mas não são só as emendas que tramavam as negociações. Há temas

Ricardo Stuckert/PR



Haddad na visita a Lula em São Paulo: segundo o ministro da Fazenda, presidente pediu que medidas fiscais não sejam desidratadas

» Previdência dos militares

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o projeto de alterações na Previdência dos militares pode ser encaminhado ao Legislativo ainda nesta semana. "Creio que até amanhã (hoje) a expectativa é de que possamos ter também mais esse tema para apreciação." De acordo com o senador, o pacote fiscal não se esgota nas três medidas em análise no Congresso. "Outras virão. Em relação aos militares, é uma dessas", disse.

que são caros para o eleitor e para algumas bancadas no Congresso, como novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — criticadas pelo próprio PT —, as mudanças no salário mínimo e a alteração na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

"Ninguém quer retirar direito nenhum. Nós queremos, inclusive, colocar os programas sociais na medida correta para que eles sejam sustentáveis e nunca faltem para alguém. Queremos

garantir o BPC para todos aqueles que precisam. Queremos que seja garantida a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Para isso, temos que ajustá-lo ao arcabouço fiscal", frisou Randolfe.

Aprovação

A expectativa do senador é de que o governo consiga a aprovação, nesta semana, dos três textos enviados pelo governo como parte do corte de gastos. Haddad

foi na mesma linha. "Estamos convencidos de que as medidas vão ser apreciadas este ano. O presidente (da Câmara, Arthur Lira) já deixou claro que, se precisar convocar sessão de manhã, de tarde e de noite, até quinta-feira, a Câmara vai estar disponível", frisou Haddad.

No entanto, a proposta de emenda à Constituição (PEC), que integra o pacote de gastos, deve ficar para 2025. O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara sem relator. Na Casa, vale lembrar, as comissões foram paralisadas por Lira, até o fim do ano, para focar os esforços dos deputados nos textos que estão no plenário.

O Congresso tem sessões marcadas para amanhã e quinta-feira destinadas a aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tiveram a tramitação atrasada e ainda estão na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado retoma a discussão dos relatórios hoje e deve avaliar o relatório final da LDO.

A demora para votar os instrumentos de planejamento e execução do Orçamento e a apreciação a toque de caixa no fim do ano já viraram rotina, mas este ano foram potencializadas pelo impasse nas emendas parlamentares. Questionado sobre esse assunto ontem, Haddad disse a jornalistas que essa realidade — em que o Congresso só vota a LDO e a LOA na última semana de trabalhos — é o "novo normal". Há, ainda, a regulamentação da reforma tributária, que precisa ser ratificada pela Câmara (leia reportagem na página 8).

Lula: reunião ministerial

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve fazer uma reunião ministerial de fim de ano, na sexta-feira. A expectativa inicial era de que o encontro fosse no dia 19, porém precisou ser adiado após o chefe do Executivo ter sido submetido a procedimentos para tratar uma hemorragia intracraniana, decorrente de acidente domiciliar sofrido em outubro.

"O presidente ainda pretende fazer, ainda esta semana, mais provavelmente no dia 20, um encontro com os ministros e ministras, um encontro de fim de ano", afirmou o ministro após ter se reunido com Lula em São Paulo, ontem.

Padilha foi à capital paulista acompanhado do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para um encontro com Lula. Rui Costa, porém, não falou com a imprensa. O presidente deve permanecer na capital paulista para realizar exames.

O ministro disse, no entanto, que ainda não foi definido o formato do encontro ministerial. "Obviamente, vamos aguardar toda a evolução que está acontecendo com ele, até toda a determinação da equipe médica em relação a isso", comentou.

De acordo com Padilha, na reunião de ontem, os ministros ainda discutiram com Lula o balanço das votações da reforma tributária e do projeto de lei que cria o mercado regulado de carbono no Brasil, sancionado no último dia 12.

Na fala, Padilha ainda relatou o estado de saúde do chefe do Executivo. "É uma alegria poder ver o presidente Lula absolutamente recuperado, como já foi dito pela equipe médica. Muito bem, disposto, conversando", afirmou.

Lula ficará em sua casa, em Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste da capital paulista, até a quinta-feira.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2